

23ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Gestão dos Resíduos e Segurança Ambiental - CT-GRSA

No dia treze de julho de 2018, às 9h30min, iniciou-se a 23ª reunião ordinária da Câmara Técnica de Gestão de Resíduos e Segurança Ambiental (CT-GRSA), com abertura por sua coordenadora, Patrícia Rocha Maciel Fernandes/SEMAD, e prosseguimento com a pauta, conforme relatados a seguir. A reunião ocorreu no auditório do INDI - Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais em Belo Horizonte/MG. Os participantes constam da lista de presença anexa. Esta ata contém o resumo dos assuntos pautados previamente e dos debates ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da Deliberação 7 do Comitê Interfederativo. O evento foi gravado e está disponível na íntegra em mídia digital para consultas de eventuais interessados. A reunião iniciou com introdução pela coordenadora da CT-Rejeitos, Patrícia Fernandes, que solicitou uma apresentação prévia dos participantes em virtude de alterações ocorridas na composição dos membros da CT. Na sequência ocorreu a aprovação da ata da 22ª reunião anterior sem ressalvas, seguindo com as apresentações dos itens relacionados na pauta.

1. Aprovação da ata anterior e informes gerais

A coordenadora da CT, Patrícia Fernandes, relatou sobre a proposta apresentada no último CIF referente a necessidade de criação de uma Intercâmaras entre as câmaras que tratam das questões ambientais, socioeconômicas e retomada das atividades produtivas, CT-FLOR, CT-SHQA e CT-BIO, com o objetivo de alinhar, propor soluções, elaborar as notas técnicas e direcionar as ações referentes ao PMR – Plano de Manejo de Resíduos. Inicialmente, esta reunião iria acontecer dia 20 de julho, mas em função da incompatibilidade da agenda da CT-FLOR nesta data, este evento ocorrerá em outro momento. Ainda assim, um alinhamento entre a equipe da CT-Rejeitos e CT-Flor ocorrerá durante reunião ordinária da CT-FLOR em Belo Horizonte, no dia 19/07/2018.

Foi informado que a CT-CPDCS (Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social) promoverá uma Oficina sobre Participação Social nos dias 16 e 17 de agosto em Belo Horizonte, com o intuito de entender e discutir sobre como a participação social ocorrerá em função do novo TAC Governança. O objetivo é entender e discutir como acontece a comunicação entre a Fundação Renova, Câmaras técnicas, órgãos do governo e comunidade no acompanhamento dos programas. A coordenação repassará o convite para os membros oficiais da câmara e pede que quem tiver interesse se pronuncie.

2. Apresentação de proposta de Oficina Técnica para análise dos Programas e Indicadores acompanhados pela CT-GRSA.

Luana Godinho, representante da SEMAD apresentou a proposta para realização de uma Oficina Técnica, para discutir os Programas acompanhados pela CT-GRSA e a proposta de indicadores realizados pela Fundação Renova. Foi informado que os representantes da SEMAD, IEMA e IBAMA/NAP, já realizaram uma reunião prévia na data de 12/07/2018 e pretendem realizar uma nova reunião com mais representantes dos órgãos ambientais. Inicialmente, o grupo analisará os indicadores propostos pela Renova, e sairá com um documento de resposta apontando as adaptações necessárias.

A representante da Fundação Renova, Juliana Bedoya, questionou se os indicadores dos Programas de emergências e riscos ambientais também serão discutidos nesta Oficina Técnica. A coordenação da CT informou que toda a documentação entregue pela Renova referente aos programas 34 e 37 já foram direcionadas para avaliação da área de emergências ambientais da SEMAD e que, tão logo esta análise seja realizada, promoverá um encontro para discussão e alinhamento dos itens destes programas.

3. Apresentação das ações em execução para a recuperação da UHE Risoleta Neves, desde a última atualização na 22ª CT-GRSA e discussão sobre o Plano de Enchimento e Repactuação do cronograma.

O representante da Fundação Renova, Guilherme Bechara, apresentou relatório de atualização com status do Programa de recuperação do reservatório da UHE Risoleta Neves, apontando percentual de

atendimento de metas dos indicadores – processo de dragagem, obras de reabilitação das UGs da UHE, obras de recuperação das margens e recuperação dos setores e curva de volume de rejeito dragado. Informou que foi protocolado ofício na CT em 25/06/2015 informando sobre o início da dragagem para a bacia 01. Entretanto, informou que as atividades foram apenas de teste e não da dragagem efetiva do rejeito do barramento.

A representante da SEMAD, Karla Brandão, reforçou que é importante entender e alinhar estas etapas do processo de operação da Fazenda Floresta e neste sentido solicita que a Fundação Renova protocole no âmbito SUPPRI/CT-GRSA, o plano de ação do início de lançamento na bacia 2 e utilização de produtos químicos. A Renova se comprometeu entregar documento até o dia 27/07.

Foi apresentado minuta dos Indicadores de Manutenção das condições de operação na Fase 02, inicialmente discutido em reunião realizada entre Fundação Renova e o Consórcio Candonga. A construção e definição destes indicadores ainda está em análise e será protocolado no Consórcio Candonga o documento com os indicadores para desenvolvimento do assunto. São eles: I01 – Acompanhamento do assoreamento natural do reservatório nos primeiros 400m; I02 – Monitoramento das margens e setores do reservatório; I03 – Disponibilidade das UGs; I04 – Monitoramento da estabilidade dos Barramentos A, B e C e; I05 – Acompanhamento da remoção do setor 4 na Fase II

O Consórcio Candonga, se manifestou com o entendimento de que a remoção do setor 4 faz parte da Fase 1 juntamente com os itens que devem ser tratados para que a geração de energia possa acontecer.

O representante do IBAMA, Marcelo Belisário, comentou que a criação de indicação de manutenção é válida, mas sugere detalhar melhor, com inclusão de premissas gerais de capacidade de operação e identificação de cenários e alternativas possíveis. Sugeriu que retire do Indicador I01 – a expressão “natural” e que o acompanhamento não seja apenas nos primeiros 400 m, mas sim em todo o reservatório.

O representante da Fundação Renova, Guilherme Bechara, se comprometeu a apresentar na 24ª CT a evolução da discussão e definição destes indicadores em consenso com o Consórcio Candonga.

O representante da FEAM, Renato Brandão, concordou com o IBAMA em relação as mudanças sugeridas para o Indicador I01. Ratificou que ainda tem que ser definido o escopo da Fase 2, a qual não se restringe apenas à manutenção, pois na Fase 02 ainda podem ocorrer atividades de dragagem. Foi questionado o prazo de entrega dos estudos e escopo da Fase 2. Juliana Bedoya, representante da Fundação Renova, informou que o Plano de Manejo de Rejeito, trecho 12, específico do reservatório de Candonga, será entregue no final de Julho/18.

O representante da Fundação Renova, Guilherme Bechara, fez uma atualização da situação do dique intermediário com as obras do acompanhamento físico da estrutura, sendo que as atividades estão paralisadas desde 24/05. Foram instalados radares para monitorar a instabilidade da encosta de toda esta região (Dique principal e intermediário). Informou que a Renova já está intervindo na área atingida e já recebeu projeto para iniciar a estabilidade da encosta e estão discutindo detalhes executivos no sentido de garantir a segurança e integridade física dos empregados que executarão o trabalho.

O representante da FEAM, Renato Brandão, questionou se a Fundação Renova já tem o mapeamento das falhas geológicas e se já há definição de tratativa para estas. Foi esclarecido que estudos estão sendo realizados, soluções de dragagem estão sendo discutidas, e que os projetos e estudos dos diques serão reanalisados. Reforçou que o prazo de repactuação aprovado prevalece. O foco neste momento é preparar as estruturas da Fazenda Floresta para o período chuvoso, priorizando o Dique Principal e intervenções em vertedouros.

A representante da SEMAD, Karla Brandão, solicitou que a Fundação Renova apresente na 25ª CT-GRSA, setembro/18, um plano de ação para o período chuvoso 18/19 da Fazenda Floresta.

Foi apresentado as tratativas e status do avanço físico do Dique Principal com tendência de chegar em outubro/2018 na cota 379. Repassado a evolução da Batimetria entre os barramentos A, B e C e as atividades de limpeza a jusante de UHE. Karla Brandão, SUPPRI, questionou status dos barramentos que tiveram impacto em função do incidente do Dique, e alertou para que estes sejam considerados também no plano de ação do período chuvoso.

A coordenadora da CT, Patrícia Fernandes, questionou sobre o TAC da Fazenda Floresta e estratégia da Fundação Renova para a Bacia 1. Mariana Welter, da Fundação Renova, informou que a será pleiteado prorrogação do prazo da cláusula segunda do TAC da Bacia 1, que previa o descomissionamento da Bacia 1 para o final de agosto/18.

Neste sentido, a CT-GRSA solicitou que a Fundação Renova apresente solicitação com justificativa embasada para revisão do TAC da bacia 1 até 31/07. Após análise e avaliação da documentação será agendada reunião para discutir o assunto.

A representante da SEMAD, Karla Brandão, alertou para o protocolo de outorga do dreno de fundo para as pilhas. Flávia Ferreira, Fundação Renova, informou que pretende protocolar todo o processo até o final de julho/18.

Foi apresentado o status de descomissionamento dos setores 01, 03, 04, 05, 06 e 08 com remoção dos sedimentos depositados nestes pontos. Apresentado o cronograma atualizado de recuperação das encostas e pontos de intervenção com exclusão dos pontos que dependem de supressão vegetal, que aguarda a liberação do DAIA. O representante da FEAM, Renato Brandão, questionou e alertou sobre a importância de estar bem claro que a Fundação Renova continuará responsável pelo acompanhamento destas áreas na Fase 2. O Consórcio também tem o mesmo entendimento da FEAM.

Em referência ao Plano de Enchimento, Guilherme Berchara – Fundação Renova, informou que o documento foi revisado em função das considerações realizadas pelo Consórcio e foi protocolado no CIF, CT-Rejeitos e Consórcio Candonga em 09 de julho de 2018 com todas as adequações e observação dos autores envolvidos. A Fundação Renova considera como marco cumprido em atendimento à deliberação 80.

O representante do IBAMA, Marcelo Belisário, questionou a proposta do início do enchimento acontecer apenas em Nov/18 e o tempo de enchimento e se será um enchimento contínuo ou sequenciado? Alertou sobre a recomendação contida no licenciamento sobre o tempo mínimo de enchimento. Informado pela Fundação Renova, que o tempo de enchimento realizado foi baseado apenas na hidrologia e não foi considerado a questão de estabilidade das encostas. O IBAMA recomenda considerar estabilidade das encostas, assim como paradas durante o enchimento, e/ou, enchimentos intermediários para monitoramento de instrumentos, tempo de execução e questões de depreciação que impactam no processo. Por questões ambientais e de segurança, sugere que se adote como premissa, o tempo de enchimento recomendado pela licença ambiental de operação, concedida pela SEMAD.

O estudo hidrosedimentológico e demais definições da fase 2 de Candonga, serão contemplados no PMR Trecho 12 que será entregue pela Fundação Renova, no final do mês de julho de 2018.

O Consórcio Candonga pontuou que o estudo hidrosedimentológico preliminar apresentado pela Renova, informa que o reservatório estaria exaurido em dois anos, ou seja, apontava um resultado diferente de uma realidade que poderia ser observada em campo. Esta inconsistência, fez com que o Consórcio sugerisse um novo estudo com forma mais precisas de se calcular estas condições futuras do reservatório. Entende que o escopo e a definição da fase 2 com o detalhamento das ações, precede o plano de enchimento. Este entendimento é comum também pela SEMAD, que questiona que estudos estão sendo produzidos sem definição das etapas da Fase 2 e são fundamentais para embasar o Plano de Enchimento.

Alertou também que o assoreamento à Jusante da UHE pode impactar a capacidade de geração da usina. A FR informou que sondagens e a limpeza à Jusante da UHE serão realizadas à tempo. Karla Brandão da SEMAD alertou sobre os prazos já firmados no cronograma apresentado e sugere verificar a consistências destes prazos estabelecidos em função dos incidentes ocorridos.

O Consórcio Candonga questionou que o Plano de Enchimento entregue não cita a decisão judicial que os obriga a manter as comportas abertas e como isto pode influenciar nas tratativas de repactuação. A Fundação Renova informou que não pode se posicionar oficialmente diante de uma ação judicial em que ela não é parte. Marcelo Belisário/IBAMA, ratificou que esta análise deve ser realizada pela Fundação Renova, visto que mesmo não fazendo parte da ação, pode considerar como premissa no cronograma de repactuação.

Na próxima CT (24ª) a Fundação Renova deverá apresentar documentação a integrar o Plano de Enchimento, considerando a ação judicial, conforme solicitação do Consórcio Candonga.

O representante da Prefeitura de Rio doce, Sr. Prefeito Silvério da Luz, pontuou o impacto junto à comunidade em função dessas soluções de dragagem (para o setor 4) uma vez o volume no trânsito e movimentação de caminhões aumentou consideravelmente.

A coordenadora da CT, Patrícia Fernandes, informou que a equipe da SEMAD que está analisando o Plano de Enchimento, ficou com dúvida em relação aos estudos relacionados ao remanso e impactos após enchimento do reservatório. Questionaram a falta de embasamento técnico para verificação de impacto após elevação do nível de água. Quais os possíveis impacto nas estruturas, encostas, margens, etc.

A Fundação Renova informou que o estudo hidrosedimentológico considerou estudos sobre remanso, sendo uma grande preocupação da área de licenciamento da Renova. A coordenação solicitou que o estudo hidrosedimentológico seja protocolado na CT-GRSA para verificação e análise, até 03/08/2017.

A coordenadora da CT solicitou que o Plano de Enchimento seja protocolado formalmente também na CT Infra uma vez que acompanhamento do PG 09 da UHE também ocorre pela CT-Infra.

A coordenação da CT informa que a equipe da SEMAD/IBAMA que está analisando o relatório do plano de enchimento e premissas de repactuação, definiu em reunião interna que o assunto será levado a próxima reunião do CIF para que os membros tomem conhecimento do assunto e deem um direcionamento institucional de como a CT-GRSA deve proceder (premissas e diretrizes) a análise, visto que o prazo de postergação solicitado (36 meses), é bastante extenso.

O representante da Prefeitura de Rio doce, Sr. Prefeito Silvério da Luz, solicitou a realização de uma reunião junto com a SEMAD e SUPPRI para discussão de demandas do município que serão contempladas na LOC da Fazenda Floresta.

4. Solicitação para revisão de prazo para entrega da revisão n. 02 do Plano de Manejo de Resíduos Geral.

A representante da Fundação Renova, Juliana Bedoya, informou que na aprovação do Plano de Manejo de Resíduos – Versão 0, que contempla diretrizes e premissas para o manejo do resíduo, ficou acordado que deveria ser entregue semestralmente uma revisão do Plano, à medida que fosse evoluindo sua implementação e análise. A Fundação Renova propôs que a próxima revisão ocorra apenas após a análise dos Trechos, incorporando todas as considerações apontadas pelos órgãos ambientais.

A coordenação da CT informa que o pedido da Renova em revisar o PMR versão 00, após entrega de todos os trechos, contemplando todos os comentários, considerações e análise dos órgãos, foi aceito pela câmara técnica.

5. Atualização do andamento dos PMRs e apresentação das intervenções a serem realizadas na Cachoeira Camargos – Trechos 6 e 7.

A representante da Fundação Renova, Juliana Bedoya, realizou uma breve atualização do andamento dos PMRs por trecho, iniciando pelos Trechos 1 a 4, pontuando as ações para a construção da barragem do eixo 1. Renato Brandão, FEAM, ratificou e pontuou que o trecho 01 sob responsabilidade da Fundação, ficará até a efetiva conclusão da obra sendo que posteriormente o monitoramento desta área será de responsabilidade da Samarco, incluindo Fundão.

A coordenação da CT, pontuou que todas as alternativas de manejo bem como as propostas de revegetação apresentadas pela Fundação Renova, aprovadas inicialmente pela CT, podem ser revisadas. Não se trata, portanto, de um aval definitivo. Se durante o monitoramento destas áreas observar-se que a solução não foi bem-sucedida, a Renova terá que visitar todos os planos de manejo à medida que o cenário sofrer mudança.

Em referência ao status apresentados dos trechos 06 e 07, a coordenação da CT solicitou que a Fundação Renova, protocole na CT-BIO o estudo de renaturalização e todos os documentos relacionados a este estudo já gerados, entregues e acordados na CT-GRSA.

A Fundação Renova informou que no Trecho 06, existe uma cachoeira utilizada pela população que solicitou que a mesma seja recuperada. Foram feitas algumas reuniões com a comunidade para alinhamento das demandas. A engenharia está desenvolvendo o projeto básico/conceitual com entrega prevista para final de Julho/18. A coordenação da CT solicitou que a Fundação Renova informe a CT-GRSA e a Prefeitura de Mariana de qualquer reunião que ocorra com a comunidade para discussão do assunto, bem como protocole o projeto conceitual de recuperação da Cachoeira, até o dia 03/08/2018.

A representante da Fundação Renova, Juliana Bedoya, informou que será necessário incluir dois pontos de monitoramento hídrico do PMQQVAI nos Trechos 6 e 7. A coordenação da CT solicitou que a Fundação Renova protocole ofício com a demanda na CT-SHOA, responsável pelo acompanhamento deste Programa, com cópia na CT-GRSA.

Em relação ao trecho 10, a coordenação solicitou que a Fundação Renove envie um ofício sobre o processo de regularização ambiental do Parque de Exposição no âmbito do licenciamento de Barra Longa – PRAD, até dia 03/08/2018.

A Fundação Renova solicitou que a FEAM elabore um documento informativo sobre os dados de monitoramento da qualidade do ar que a Fundação Renova encaminha mensalmente referente às estações instaladas no município de Barra Longa. A coordenação da CT solicitou que a Fundação Renova encaminhe ofício solicitando formalmente a elaboração deste documento.

6. Apresentação do andamento do Estudo de Irrigação - Cláusula 180 do TTAC.

A representante da Fundação Renova, Nicolay Rocha, teceu comentário do histórico e do objetivo de apresentação do estudo de identificação de áreas de irrigação ao longo do Rio Doce, considerando como área de estudo uma faixa marginal do Rio Doce com largura de 1 km em cada margem. O primeiro diagnóstico com informação de todas as propriedades rurais que possuem sistema de irrigação ao longo da bacia do Rio Doce e com possíveis impactos em decorrência do rompimento foi protocolado em dezembro de 2016.

As discussões referentes ao estudo e as considerações dos órgãos ambientais foram incorporados numa nova versão entregue em janeiro de 2018, a qual foi novamente reprovado, conforme deliberação nº 142. Na data de hoje se apresenta então, o status de um novo estudo (fase 1), pontuando as principais

melhorias em relação ao estudo anterior conforme as notas técnicas encaminhadas pelos órgãos ambientais. Apresentado os objetivos específicos do estudo e as ações programadas para acontecer em cada etapa, sendo que as etapas 1 e 2 estão concluídas e a etapa 3 em andamento. Foi apresentado os resultados preliminares, baseados nos trabalhos de identificação das propriedades e tipos de cultura declaradas pelos proprietários com cronograma e relatório fotográfico do estudo. O protocolo do relatório final nos órgãos ambientais ocorrerá até o dia 27/08.

O representante do IEMA/ES, Thales Alter, solicitou que a Fundação Renova encaminhe novo ofício com solicitação de prorrogação de prazo, com justificativa mais elaboradas para entrega do estudo final, até o dia 20/07.

7. Apresentação do status das ações em execução nas lagoas do Espírito Santo.

Juliana Bedoya apresentou status das ações nas Lagoas de ES. A empresa contratada para assessoria técnica do Ministério Público do ES foi a AECOM, que iniciou as atividades de vistorias técnicas e já apresentou estratégias e soluções técnicas para os impactos – Barramento em Rio Pequeno/Lagoa Juparanã, Barramento em Rio Bananal/Lagoa Nova, Patrimônio da Lagoa Em Sooretama. Foram apresentadas as estratégias (curto, médio e longo prazo) para a solução dos impactos. A coordenação da CT solicita que os documentos referentes as tratativas das lagoas do ES sejam protocolados na CT-GRSA e no IEMA/ES.

A representante do IEMA/ES, Emília Brito, solicitou que os órgãos ambientais sejam melhor informados e mais incluídos nas ações socioeconômicas e jurídicas, que envolvam as soluções dos impactos das lagoas do ES.

8. Informes gerais do GT “Baixo rio Doce”.

A representante do IEMA/ES e coordenadora do GT Baixo Rio Doce, Emília Brito, informou que estão ocorrendo as nomeações dos órgãos e representantes que irão compor e atuar efetivamente neste grupo de trabalho, denominado de GT “Baixo rio Doce”.

Foi apresentada a NOTA TÉCNICA N.º08/2018 – GTECAD/ÁGUAS INTERIORES, que informa o descumprimento do item 1 da deliberação 164 e por isso solicita que a Fundação Renova apresente um Plano de Trabalho (estruturado com objetivo, escopo, prazos, ações, responsáveis, envolvidos e demais detalhamentos) discriminando as atividades a serem realizadas para as áreas de estudo, apresentando um conteúdo mais gerencial, conforme estabelecido na Nota Técnica. Foi acordado que no dia 31 de julho a Fundação Renova encaminhará o plano preliminar para a CT-GRSA e no dia 02 de agosto a Renova reunirá com o IEMA para as considerações finais.

Em referência à deliberação 165, que trata dos estudos na região costeira do baixo Rio Doce, a coordenação do GT informou que já ocorreram encontros entre a Renova e órgãos ambientais e foi solicitado um mapa com o histórico de todos os estudos já realizados para esta região (estudo hídrico, detalhamento do tipo de solo, etc). Tão logo ocorra este envio, o GT analisará os documentos recebidos e proporá debate para alinhamento. Sinaliza que as ações de atendimento desta deliberação decorrem bem. A CT-GRSA formalizará a criação do Grupo Técnico junto ao CIF para que seja possível definir os membros da Comissão de Assessoramento do CIF sobre a questão.

Não havendo mais nenhuma consideração e colocação por parte dos presentes, a coordenação da CT agradeceu a presença e participação de todos, e deu por encerrada a reunião às 16:00 horas.

ENCAMINHAMENTOS DA 23ª CT-GRSA

ITEM	AÇÃO	PRAZO	AÇÃO INTERNA OU EXTERNA?	RESPONSÁVEL
23.1	Protocolar na SUPPRI/CT-GRSA, o plano de ação do início de lançamento na bacia 2 e utilização de produtos químicos.	27/07/2018	Externo	Guilherme Bechara/FR
23.2	Apresentar a evolução da discussão e definição dos Indicadores de Manutenção das condições de operação na Fase 02, em consenso com o Consórcio Candonga.	24ª CT-GRSA	Externo	Guilherme Bechara/FR
23.3	Apresentar um plano de ação da Fazenda Floresta para o período chuvoso 18/19.	25ª CT-GRSA	Externo	Guilherme Bechara/FR
23.4	Apresentar documentação para integrar o Plano de Enchimento, considerando a ação judicial, conforme solicitação do Consórcio Candonga.	24ª CT-GRSA	Externo	Guilherme Bechara/FR
23.5	Protocolar na CT-GRSA estudos hidrosedimentológico e remanso.	27/07/2018	Externo	Juliana Bedoya/FR
23.6	Protocolar Plano de Enchimento do reservatório da UHE Risoleta Neves na CT-INFRA.	27/07/2018	Externo	Juliana Bedoya/FR
23.7	Protocolar ofício solicitando revisão do TAC da Bacia 1 da Fazenda Floresta com justificativa técnica embasada.	27/07/2018	Externo	Juliana Bedoya/FR
23.8	Protocolar na CT-BIO o estudo de renaturalização e todos os documentos relacionados a este estudo já gerados, entregues e acordados na CT-GRSA.	27/07/2018	Externo	Juliana Bedoya/FR
23.9	Comunicar à SEMAD e a Prefeitura de Mariana sobre qualquer reunião que for ser realizada com a Comunidade de Camargos sobre a recuperação da Cachoeira do Distrito de Camargos.	-	Externo	Juliana Bedoya/FR
23.10	Protocolar na CT-GRSA, o projeto conceitual de recuperação da Cachoeira de Camargos – PMR Trecho 06.	03/08/2018	Externo	Juliana Bedoya/FR
23.11	Enviar ofício a CT-GRSA sobre o processo de regularização ambiental do Parque de Exposição no âmbito do licenciamento de Barra Longa.	03/08/2018	Externo	Juliana Bedoya/FR
23.12	Reformular o ofício apresentado ao IEMA/ES, de pedido de dilação de prazo de entrega do relatório Fase III – Estudo de Irrigação, apresentando justificativas mais elaboradas.	20/07/2018	Externo	Juliana Bedoya/FR
23.13	Protocolar na CT-GRSA o Plano de Trabalho preliminar, conforme del. 164 e NT 08/2018 – GTECAD/ÁGUAS INTERIORES e posteriormente realizar reunião com o GT “Rio Doce”.	31/07/2018	Externo	Juliana Bedoya/FR
23.14	Identificar e sugerir os principais atores da composição do GT “Baixo Rio Doce” para formalização	24ª CT-GRSA	Interno	Emília Brito/ IEMA-ES

Aprovada:



**Câmara Técnica de Gestão de Resíduos
e Segurança Ambiental CT-GRSA**

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Patrícia Fernandes', with a large, stylized initial 'P'.

Patrícia Rocha Maciel Fernandes
Coordenação da CT-GRSA